



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Estado do Rio de Janeiro

PROCESSO Nº 2934  
DATA 07 / 05 / 21  
Folhas Nº 57 Rubrica 10

Processo nº 8934/2021

Requerente: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística

Objeto: Consulta

Sr. Procurador,

Os autos foram remetidos à esta especializada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, solicitando esclarecimentos acerca da obrigatoriedade da publicação de Editais de Licitação em outros meios que não sejam na Imprensa Oficial e no Diário Oficial do Município.

Pois bem. Quanto à matéria, a assessoria jurídica lança mão de resposta à consulta formal ao Tribunal de Contas de São Paulo, que trata da matéria de forma bastante elucidativa:

“A convocação dos interessados a participar do pregão é feita por meio da publicação de um aviso, que deve conter a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital (art. 4º, inc. I e II, da Lei do Pregão).

Via de regra, este aviso deve ser publicado no diário oficial do respectivo ente federado. Caso não haja diário oficial do respectivo ente federado, o aviso deverá ser publicado em jornal de circulação local.

A Lei do Pregão prevê, ainda, que o aviso pode ser facultativamente publicado por meio eletrônico. Todavia, com o advento da Lei de Acesso à Informação, a divulgação ativa de informações concernentes a procedimentos licitatórios tornou-se obrigatória, no que se convencionou chamar de ‘transparência ativa’ (art. 8º, § 1º, inc. IV da Lei de Acesso à Informação).

Dispõe esta norma que, os órgãos e entidades públicas, para dar cumprimento à obrigação de transparência ativa, “deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet)” (art. 8º, § 2º, Lei de Acesso à Informação).

Desta forma, por conta da legislação superveniente, agora os órgãos licitantes são obrigados a publicar o referido aviso em seus sites oficiais. Entretanto, para municípios com população até 10 mil habitantes, a divulgação de informações concernentes a procedimentos licitatórios na internet não é obrigatória (art. 8º, § 4º da Lei de Acesso à Informação).

Assim, para estes municípios, continua a valer, integralmente, a forma de divulgação do aviso prevista na Lei do Pregão (publicação obrigatória no diário oficial do respectivo ente federado, ou em jornal de circulação local, caso não haja diário oficial do respectivo ente federado; publicação facultativa por meios eletrônicos).

A Lei do Pregão dispõe ainda que o aviso deverá ser publicado em jornal de grande circulação “conforme o vulto da licitação”, regramento este que há ser feito em norma local.



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Estado do Rio de Janeiro

DATA

07 / 05 / 21

Folhas N° 58

Rubrica

6

Rubrica

Folhas N°

DATA

PROCESSO N°

Vale dizer, a norma local é que definirá qual o vulto da licitação que demandará publicação em jornal de grande circulação.

Todavia, poderia acontecer de a regulamentação local, de forma desarrazoada, fixar patamares muito elevados para considerar o que seria, na localidade, uma 'licitação de vulto', situação que é criticada pela doutrina de NIEBUHR:

*"(...) pode ocorrer que somas vultosas sejam licitadas mediante pregão, o que demanda publicidade dos avisos de editais mais alargada, que difunda a competitividade. Não faz sentido publicar os avisos de editais de contratos de valores consideráveis apenas em jornal de circulação local, como deve ocorrer em muitos Municípios. É razoável que, nesses casos, se exija publicidade mais ampla, que evite o direcionamento do certame" (NIEBUHR, Joel Menezes. Pregão presencial e eletrônico, 7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 151).*

Por conta disto, valendo-se da aplicação subsidiária da Lei de Licitações à Lei do Pregão (art. 9º da Lei do Pregão), e adotando uma interpretação sistemática do ordenamento, o Tribunal de Contas de São Paulo entende que há, então, um limite a esta normatização local: se o pregão possuir valor estimado igual ou superior a R\$650.000,00, o aviso deverá ser publicado também em jornal de grande circulação (aplicação do art. 21, inc. III, da Lei de Licitações).

Afinal, se tal valor é parâmetro para exigir, na Lei de Licitações, a adoção da modalidade concorrência (art. 23, inc. II, alínea 'c' da Lei de Licitações), é razoável que seja parâmetro para exigir a publicação do aviso do pregão em jornal de grande circulação.

Neste sentido, a jurisprudência desta Corte de Contas, colacionada pela SDG-4 – Centro de Documentação Jurídica (fls. 42/70):

- TCE/SP, 2ª Câmara, TC-3018/003/08, Rel. Cons. Robson Marinho, j. 27.08.2013;
- TCE/SP, 2ª Câmara, TC-37624/026/10, Rel. Cons. Robson Marinho, j. 01.04.2014;
- TCE/SP, 1ª Câmara, TC-2368/003/12, Rel. Cons. Aud. Subs. Silvia Monteiro, j. 05.05.2015;
- TCE/SP, 1ª Câmara, TC-7632/989/16, Rel. Cons. Aud. Subs. Josué Romero, j. 23.08.2016;

Desta forma, a regulamentação local poderá fixar maiores obrigações de publicidade, tais como patamares menores para considerar uma 'licitação de vulto' (por exemplo, exigir divulgação em jornal de grande circulação no caso de pregões acima de R\$100 mil) ou publicidade adicional e diferenciada de acordo o objeto da licitação (por exemplo, exigir divulgação de anúncio nas rádios locais no caso de licitação voltada para micro e pequenas empresas), mas não poderá fixar patamar superior ao retro mencionado.

Ante todo o exposto, é possível sintetizar a resposta ao quesito da seguinte forma: Em municípios com população acima de 10 mil habitantes, a publicidade da licitação na modalidade pregão deve obrigatoriamente ser feita por aviso publicado (i) no sítio oficial da Administração e (ii) no Diário Oficial do ente federado. Caso o ente federado não disponha de Diário Oficial, deverá publicar o aviso (ii) em jornal de circulação local.

Em municípios com população abaixo de 10 mil habitantes, é facultativa a publicação do aviso no sítio oficial da Administração.





Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Estado do Rio de Janeiro

PROCESSO Nº 8934  
DATA 07 / 05 / 21  
Folhas Nº 59 Rubrica 6

**Independentemente da população do município, mas a depender do vulto da licitação, conforme definido em regulamento local, o aviso deverá publicado também (iii) em jornal de grande circulação. (Grifou-se)**

O regulamento local que definir qual o vulto da licitação que demandará publicidade adicional deve obrigar a publicação do aviso em jornal de grande circulação ao menos para pregões de valor estimado igual ou superior a R\$650 mil.

Só se pode falar em publicidade suficiente se ela obedecer às exigências legais.

Nesse sentido, no caso de municípios com mais de 10 mil habitantes, a veiculação do certame no sítio oficial não é um reforço, mas uma obrigação legalmente imposta à Administração. Além de divulgar o aviso conforme as obrigações legais, é salutar que a Administração adicionalmente divulgue a licitação de outras formas, adequadas à realidade local.

Aplicáveis aqui os ensinamentos da abalizada doutrina de JUSTEN Filho, tratando da publicidade exigida na Lei de Licitações:

*“Além da publicação por jornais, é facultado à Administração valer-se de outros meios de comunicação social (inclusive por via de rádio e televisão). Poderão ser comunicados os sindicatos, federações e outras entidades, de classe. A Lei não impõe formalidades nesse ponto, exigindo que a Administração atinja determinado resultado (ampliação da competição). Cabe à Administração deliberar sobre o meio de atingi-lo. Mas a divulgação por outras vias, por mais ampla e eficiente que possa ser, não dispensa a publicação na imprensa oficial” (JUSTEN Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 409).*

Afinal, para garantir a transparência ativa, a Administração deve utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuser (art. 8º, § 2º, da Lei de Acesso à Informação). Desta forma, embora não seja legalmente exigível, pode ser considerada boa prática de gestão a remessa do aviso para empresas especializadas na divulgação de licitações.”

(in: <http://www.mpc.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/21534.026.16-publicidade-em-pregao.pdf>)

Com efeito, é relevante ressaltar o entendimento jurisprudencial do Tribunal de Contas da União de maneira resumida:

“A depender da modalidade e do valor estimado da contratação, os avisos com os resumos dos editais, à disposição do público nas repartições, serão publicados:

**No caso da modalidade pregão presencial:**

- para bens e serviços de valores estimados até R\$ 160.000,00:  
» no Diário Oficial do respectivo ente federado;



» em meio eletrônico, na internet, facultativamente;

- para bens e serviços de valores estimados de R\$ 160.000,01 até R\$ 650.000,00:
  - » no Diário Oficial do respectivo ente federado;
  - » em meio eletrônico, na internet, facultativamente;
  - » em jornal de grande circulação local; Tribunal de Contas da União 282

- para bens e serviços de valores estimados superiores a R\$ 650.000,00:
  - » no Diário Oficial do respectivo ente federado;
  - » em meio eletrônico, na internet, facultativamente;
  - » em jornal de grande circulação regional ou nacional;

**No caso da modalidade pregão, na forma eletrônica:**

- para bens e serviços comuns de valores estimados em até R\$ 650.000,00:
  - » no Diário Oficial da União;
  - » em meio eletrônico, na internet;
- para bens e serviços de valores estimados acima de R\$ 650.000,00 até R\$ 1.300.000,00:
  - » no Diário Oficial da União;
  - » em meio eletrônico, na internet;
  - » em jornal de grande circulação local;
- para bens e serviços de valores estimados acima de R\$ 1.300.000,00:
  - » no Diário Oficial da União;
  - » em meio eletrônico, na internet;
  - » em jornal de grande circulação regional ou nacional.

Na divulgação de pregão realizado para o sistema de registro de preços, **independentemente do valor estimado**, a publicação será feita:

- no Diário Oficial da União;
- em meio eletrônico, na internet;
- em jornal de grande circulação regional ou nacional.

(in:[http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/LIC\\_CONTR/2057620.PDF](http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/LIC_CONTR/2057620.PDF))

Adite-se, por relevante, que nos termos do Acórdão nº 114/2007 - Plenário do Tribunal de Contas da União, a Lei nº 8.666/1993 somente é aplicável aos pregões de forma subsidiária.

Noutro giro, nos casos de concorrência e tomada de preços, é a na Lei 8.666/93 que encontramos os locais para essa publicação, especificamente no artigo 21, I, II e III da lei)

I) No Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais





Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
Estado do Rio de Janeiro

PROCESSO Nº 2934  
DATA 07/05/21  
Folhas Nº 61 Rubrica 10

II) No Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;

II) Em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

Como já orientou o TCU, as exigências dos incisos I e II são cumulativas com a do inc. III ( Acórdão 6848/11-1ª Câmara TCU).


Em relação à modalidade Convite, o legislador não impôs a publicação do aviso da carta-convite na Imprensa Oficial. Portanto, no caso de convite, deverão ser atendidos os seguintes os requisitos previstos no artigo 22, §3º da Lei 8666/93.

Por derradeiro, é relevante repisar que se a licitação ocorrer mediante Sistema de Registro de Preços, independentemente do valor, a divulgação será feita da forma mais ampla possível, pois o TCU determinou, conforme retromencionado, que, nesse caso, a divulgação de pregão por registro de preços deverá ser efetuada:



1. No Diário Oficial;
2. Em meio eletrônico, na internet;
3. Em jornal de grande circulação regional ou nacional.

É a manifestação para o momento, não vinculativa e *sub censura*

Nova Friburgo, 07 de maio de 2021.

  
Karla Salles Gomes  
Assessora de Nível Superior II  
Procuradoria Geral do Município  
Matr. 72.201

Vistos De acordo  
07/05/21

  
 Ana Paula Bitó Jordão  
Procuradora Geral do Município  
Mat. 62.004